



Dra. Cleonice de Oliveira Porto
Advogada

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, EXECUÇÕES FISCAIS, ACIDENTES DO TRABALHO E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ITAJAI – SANTA CATARINA.

OSCAR HENRIQUE FIGER, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº. 5.986.532, inscrito no CPF nº. 175.455.790-20, residente e domiciliado na Av. Marcos Konder nº. 1331, apto. 105, Edifício Cidade do Porto, no Bairro Centro, na cidade de Itajaí- SC., através de seu procurador infra assinado, com procuração particular em anexo e escritório profissional com endereço no rodapé desta, onde recebe citações, intimações e demais comunicados, vem respeitosamente perante V.Exa. propor a presente;

AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
contra

MUNICÍPIO DE ITAJAI – Secretaria de Saúde – pessoa jurídica de Direito Público, estabelecido na Rua Jose Eugenio Muller, nº 101, bairro Vila Operaria, nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88304-05, e

ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa do Senhor Procurador geral do Estado, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 189 na cidade de Florianópolis SC, CEP 88010-450, pelos motivos que a partir de agora pede vênua para passar a expor e ao final requerer;



DOS FATOS

1) O Requerente na data de 12/10/2014 ao atravessar a Avenida Vereador Abraão João Francisco, em frente ao Hotel Ibis, foi atropelado por uma moto, sofrendo serias lesões, sendo as mais graves no tornozelo e joelho. No momento em que foi levado ao Hospital Marieta, já foi submetido a cirurgia no tornozelo o qual sofreu uma fratura exposta, porém a lesão mais séria foi no seu joelho direito. Seu joelho sofreu as seguintes lesões:

- 1) Lesão no ligamento cruzado posterior
- 2) Lesão no ligamento colateral medial
- 3) Lesão no ligamento cruzado anterior

Salientamos Excelência que seu joelho está praticamente solto, necessitando **urgentemente** da realização das cirurgias de reconstrução do ligamento cruzado posterior e do ligamento colateral medial, usando enxerto de tendões flexores e três parafusos de titânio. Três meses depois, terá que submeter-se a nova cirurgia para reconstrução do ligamento cruzado anterior, com enxerto de tendões flexores e dois parafusos de titânio, conforme comprovam os laudos médicos, declarações e atestados emitidos por médicos que acompanham o paciente.

2) Essa lesão de tantos ligamentos compromete os movimentos do joelho, pois praticamente o impossibilita de caminhar.

Por esse motivo, não há como o autor trabalhar e levar uma vida normal.

3) Essa cirurgia solicitada pelo médico de maneira **URGENTE**, é fundamental para o restabelecimento do autor e sua cura total e também para não agravar ainda mais seu estado.

4) Acontece que o Requerente recorreu a Secretaria de Saúde do Município de Itajaí para agendar essa **Cirurgia de Joelho**, cirurgia essa contemplada pelo SUS, mas para sua surpresa foi informado que existe um



agendamento para realização da mesma onde a data para tal procedimento é incerta e indefinida, conforme declaração da Central de Regulação da Secretaria da Saúde em anexo.

5) O Autor então orçou essa cirurgia em clínicas particulares, porém o custo é altíssimo, custando em média o **valor de R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais)**, conforme orçamento em anexo do **Dr. Carlos Eduardo Buchen**. Salientamos que há ainda mais **R\$ 14.084,00 (quatorze mil e oitenta e quatro reais)**, referente às duas internações no Hospital Marieta Konder Bornhausen, conforme orçamento em anexo, totalizando R\$ 28.334,00 (vinte e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais).

Esse valor fica muito aquém dos ganhos do autor, que é taxista e percebe mensalmente em média R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme demonstrativo de pagamento em anexo.

6) Diante do exposto e da gravidade do caso em análise, outra opção não resta ao Requerente senão recorrer ao Judiciário propondo a presente Ação Ordinária com pedido de liminar, inaudita altera parte, para que seja determinado ao Requerido o imediato procedimento solicitado pelos médicos, sob pena da lei e multa diária.

DOS FUNDAMENTOS JURIDICOS

Sobre os direitos fundamentais, restou estatuído na Constituição federal, in verbis;

Art. 6º - "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção á maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Art. 196 - " A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas e econômicas que visem a



redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Sendo a saúde, destarte, direito indeclinável do ser humano e mola mestra da Constituição Federal, incumbe ao Estado, conforme mandamento constitucional, prestá-la a todos quantos dela necessitem, notadamente a população menos aquinhoadada economicamente, a qual, se não bastasse as freqüentes intempéries burocráticas a que está sujeita na consolidação do direito á saúde e a vida, é alvo, não raro, de toda sorte de injustiças e ilegalidades.

O Ilustre doutrinador José Afonso da Silva ressalva seu espanto em relação ao direito à saúde para todos os cidadãos, essencial à vida humana, senão vejamos:

“É espantoso como um bem extraordinariamente relevante à vida humana só agora é elevado a condição de direito fundamental do homem. E há de informar-se pelo princípio de que o direito igual à vida de todos os seres humanos significa também que, nos casos de doença, cada um tem o direito a um tratamento condigno de acordo com o estado atual da ciência médica, independentemente de sua situação econômica, sob pena de não ter muito valor sua consignação em nomas constitucionais” (SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 20. Ed. São Paulo. Malheiros, 2001. p. 307).

Em decorrência de todos estes entraves gerados pelo Poder Público no que concerne a atual política de ação implementada na área da saúde, o Poder Judiciário, ao ser provocado, vem agindo em prol da sociedade, em sintonia com a Constituição Federal, no que toca ao chamamento do Estado à



responsabilidade, para o cumprimento da sua função social, especialmente no campo da saúde.

Neste sentido, temos o seguinte precedente jurisprudencial da Corte de Justiça de Santa Catarina

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. VIDA E SAÚDE. CF, ART. 127. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO. FORNECIMENTO. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DO ESTADO E DO MUNICÍPIO. 1. O Ministério Público tem legitimidade ativa para desencadear ação civil pública com a finalidade de resguardar direito à vida e à saúde, mesmo que afeto a uma ou mais pessoas identificadas. Pleito dessas magnitude tem inegável reflexo social e deve se sobrepor às questões meramente processuais. (Apelação Cível, 2005.016179-8, de Ipumirim – SC. Relator: Des. Luiz César Medeiros. Data da Decisão: 09/08/2005).

Por oportuno, cita-se precedente do Superior Tribunal de Justiça:

Diante da negativa/omissão do Estado em prestar atendimento à população carente, que não possui meios para a compra de medicamentos necessários à sua sobrevivência, a Jurisprudência vem se fortalecimento no sentido de emitir preceitos pelos quais os necessitados podem alcançar o benefício almejado (STJ, Resp nº. 026/PR, rel.min. José Delgado, in DJ. 26.06.00).

Destarte, resta claro que o direito de se buscar a proteção da indigitada cidadã, está plenamente assegurado pela legislação pátria, sendo que a decisão acima tem perfeita aplicabilidade ao caso vertente.



DA NECESSIDADE DE LIMINAR

Conforme dimanado do disposto no artigo 12, da Lei nº. 7.347/85, **“Poderá o juiz conceder mandado liminar com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo”**

In casu, os pressupostos jurídicos para a concessão da medida liminar *initio litis*, o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, estão sobejamente esparramados nos autos, a toda evidência.

Com efeito, o combatido quadro clínico do paciente, passível de agravamento, impõe a concessão de medida liminar *inaudita altera pars*, como forma de compelir o município a fornecer, **em regime de urgência**, o procedimento necessário ao tratamento do paciente, sob pena de multa diária a ser arbitrada pelo Juiz.

Acerca da concessão de medida liminar, o ilustre doutrinador Humberto Theodoro Júnior elucidada:

É indubitável, porém, que o transcurso do tempo exigido pela tramitação processual pode acarretar ou ensejar variações irremediáveis não só nas coisas como nas pessoas e relações jurídicas substanciais envolvidas no litígio, como por exemplo, a deterioração, o desvio, a morte, a alienação, etc(...) Não basta ao ideal de justiça garantir a solução judicial para todos os conflitos; o que é imprescindível é que essa solução seja efetivamente justa, isto é, apta, útil e eficaz para outorgar à parte a tutela prática a que tem direito, segundo a ordem judicial vigente (...) Em outras palavras, é indispensável que a tutela jurisdicional dispensada pelo

Estado a seus cidadãos seja idônea a realizar, em efetivo, o desígnio para o qual foi engendrada. Pois, de nada valeria condenar o obrigado a entregar a coisa devida,



se esta já inexistir ao tempo da sentença; ou garantir à parte o direito de colher um depoimento testemunhal, se a testemunha decisiva já estiver morta, quando chegar a fase instrutória do processo; ou ainda, declarar em sentença o direito à percepção de alimentos a quem, no curso da causa, vier a falecer por carência dos próprios alimentos (in Processo Cautelar. 7. Ed. 1985. p. 40/41).

Na hipótese versada, em sendo obrigação do Estado garantir o acesso à saúde e estando comprovada a necessidade da medida urgente, cabível a aplicação de multa por dia de atraso contra a Fazenda Pública, na hipótese de o Município não cumprir a ordem. A matéria já está pacificada pelo Tribunais Superiores, cuja decisão colaciona-se:

“É pacífica nesta Corte Superior o entendimento de que é possível ao juiz, ex officio ou por meio de requerimento da parte, a fixação de multa diária cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer. Precedentes (STJ, AgRgREsp n. 718.011/TO, rel. Min. José Delgado)” (Agravo de Instrumento nº. 2005.001357-6, de Timbó, relator Des. Pedro Manoel Abreu, j. em 16/08/2005).

DO PEDIDO

Ante o exposto, **REQUER:**

a) O recebimento da inicial;

b) A concessão da medida liminar propugnada inaudita altera pars, para que a **CIRURGIA DE RECONSTRUÇÃO DOS LIGAMENTOS DO JOELHO DIREITO** seja concedida ao hipossuficiente;



c) A fixação, em caso de não cumprimento da liminar, de multa diária equivalente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), independentemente da aplicação de sanções penais por crime de desobediência, bem como da multa pessoal a ser aplicada ao responsável direto pelo cumprimento da ordem liminar, na forma do art. 14, inciso V, do CPC;

d) A citação do Requerido para contestar a ação, querendo, na pessoa do Sr. Procurador Geral do Município;

e) O benefício da Justiça Gratuita por ser o Requerente carente de recursos nos termos da Lei 1060/50, juntando desde logo a declaração de pobreza, declaração de rendimentos para deixar clara a deficiência do Requerente em arcar com os custos deste tratamento.

f) A produção de todas as provas em direito admitidas, máxime testemunhal, documental e pericial, notadamente, esta última, caso seja necessário comprovar a imprescindibilidade da cirurgia;

g) Tornada definitiva a liminar requerida, a **procedência integral da presente ação.**

Dá-se a causa o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos

Pede deferimento.

Itajaí (SC), 19 de janeiro de 2015.

CLEONICE DE OLIVEIRA PORTO

OAB/SC Nº 11.296